

UMA EXPERIÊNCIA DE ESTUDO COLABORATIVO DE PAISAGENS NA BRASILÂNDIA, SP

AN EXPERIENCE OF COLLABORATIVE STUDY OF LANDSCAPES IN BRASILÂNDIA, SP

Cecília Maria de Moraes Machado Angileli

Arquiteta e Urbanista, Mestre e Doutoranda pela FAUUSP – Área Paisagem e Ambiente. Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Paisagem, com bolsa de doutorado da FAPESP. e-mail: cica_morais@yahoo.com.br

Euler Sandeville Júnior

Arquiteto e Urbanista, Arte-Educador, Pós-graduado em Ecologia, Mestre e Doutor em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAUUSP. Professor Livre-Docente do Departamento de Projeto da FAUUSP, Vice-coordenador da Área Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP. Coordenador do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade, FAUUSP. e-mail: esandeville@gmail.com. URL: <http://espiral.net.br>

RESUMO

Neste texto são apresentadas possibilidades de compreensão de paisagens e de interferência nos processos que as produzem, a partir de experiências realizadas em comunidades localizadas na pré-Serra da Cantareira – Distrito de Brasilândia – zona norte do município de São Paulo. Entende-se que o estudo colaborativo da paisagem mostra-se para o morador como uma ação com potencial emancipatório. Contribui com as comunidades envolvidas na mudança de suas realidades a partir da reflexão sobre os aspectos da produção de sua paisagem. Possibilita ao pesquisador a construção de um novo referencial urbanístico, social e ambiental, para estudo da paisagem, elaborado de modo dialógico. Esta estratégia tem como base a criação de frentes do Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) nas áreas de estudo, como um projeto-piloto, no qual pesquisadores e população são parceiros na investigação da realidade, partilhando e produzindo conhecimentos, organizando ações e difundindo estes conhecimentos através de meios de comunicação social.

Palavras-chave: Paisagem, Participação social, Habitação

ABSTRACT

In this text we present some possibilities of comprehension of landscapes as well as of interference in those processes which produce them, from experiments carried out in communities located at the pre-Serra da Cantareira – district of Brasilândia – North Zone of São Paulo city. We understand that the collaborative study of landscape presents itself to residents as an action with a potential of emancipation. It is accessory to communities which take part in the change of their realities from a reflection on aspects of production of their landscape. It makes it possible for researchers the construction of a new urban, social and environmental referential for the study of landscape, created in a dialogical way. Such strategy has as its basis the creation of fronts from the Landscape Studies Group (LSG) in areas of study as a pilot project in which researchers and residents are partners in the investigation of reality, sharing and producing knowledge, organizing actions, and spreading such knowledge by media.

Keywords: Landscape, Social Participation, Housing

INTRODUÇÃO

A produção colaborativa do conhecimento sobre paisagens parte do princípio de que a paisagem não deve ser compreendida e planejada apenas com procedimentos de estudo e intervenção prontos/padronizados, concebidos a partir de um enfoque universalista e distanciado, excluindo seu caráter local. Ao contrário, pode ser decisiva a inserção do pesquisador na realidade que pretende conhecer e dos interlocutores desses estudos como protagonistas de sua realização.

A paisagem seria então estudada sob dois aspectos, das vivências do cotidiano e das estruturas socioeconômicas na configuração do espaço. Sua compreensão passa pelo entendimento de suas peculiaridades, ligadas diretamente a diversos patamares de significações culturais¹, bem como pelo domínio de um quadro de referências teóricas sobre o processo de produção social² dessa paisagem. Desse modo, o conhecimento da experiência de vida dos moradores é cotejado com as contradições sociais em que se dá, tornando possível perceber, no acontecer da vida cotidiana, os modos como as pessoas experimentam o mundo que compartilham e constroem em interação.

Sob essa ótica, a paisagem urbana e sua gente são inseparáveis, sendo as práticas, os comportamentos, os laços afetivos com a paisagem, bem como a sensibilidade do pesquisador para essas percepções, condicionantes fundamentais para que esta seja compreendida (SANDEVILLE JR., 2004). As pessoas que percorrem esses lugares diariamente, que vivem nesses lugares, detêm o saber de quem constitui a própria paisagem e que deve ser valorizado. Um conhecimento que dialoga com as ligações emocionais³ que as pessoas têm com a paisagem (ANGILELI, 2007).

Essa relação fundamental entre indivíduo e paisagem é apresentada por Berque (2004) como a necessidade das pessoas de materializar suas identidades no espaço em que estão englobadas, baseado na ideia de influências recíprocas, relação que denomina de *trajetivité*. Sandeville Jr. (2004, 2005), nessa perspectiva, inclui o pesquisador na paisagem por meio de sua concepção de “paisagem enquanto experiência partilhada”, reforçando a possibilidade do pesquisador apreender impressões e símbolos ao repartir, conjuntamente com quem produz e vive a paisagem estudada, sentimentos, memórias, práticas e conhecimentos. Abandona a comum, mas impossível, separação entre quem observa (o corpo no espaço vivido) e o observado (o espaço), reconhecendo-se ambos em interdependência e interação.

“O observador-sujeito distanciado e desapassionado torna-se vivente, em interação complexa e afetiva com a paisagem. Paisagem torna-se, portanto, subjetividade, não mais a do ponto de vista individual (cada um vê o que quer), torna-se complexa, decorrente da intersubjetividade, da experiência, da existência. Torna-se interatividade, ou como quer Berque (2000), “trajetividade”. Torna-se experiência de vida: experiência partilhada.” (SANDEVILLE JR.; BOERING, ANGILELI, 2010, p.3).

Mesmo ainda não tendo métodos totalmente reconhecidos para avaliar a paisagem sob esta orientação, é grande o interesse do estudo da paisagem enquanto experiência.

Não é só a valorização do sujeito que a observa e a constitui⁴ que está sendo proposta. É a descoberta da paisagem ou das paisagens aos poucos, e a partir de uma contínua troca entre pesquisador e pesquisado, no qual ambos são transformados (SANDEVILLE JR., 2005; ANGILELI, 2007).

Essa “simbiose” se dá pela experiência e pelo partilhar, o que exige do pesquisador mais do que se envolver, exige fazer parte, sem, no entanto, deixar de compreender seu papel de pesquisador. Nesta reflexão, o partilhar tem grande influência da educação libertária⁵, porque para construir junto o conhecimento é preciso reconhecer-se na própria incompletude (FREIRE, 1996). Não existe, deste modo, ensinar (ou conhecer) sem aprender, e vice-versa, é uma troca, que também representa uma intenção de superar as desigualdades de acesso e produção de conhecimento de parte da população⁶.

“Conhecer sua própria realidade. Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a sua história de classe. Aprender a reescrever a História através da sua história. Ter no agente que pesquisa uma espécie de gente que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a pesquisa participante – onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos do mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes – pretende ser um instrumento a mais da reconquista popular.” (BRANDÃO, 1999, p.11)

Esta proposição de estudo da paisagem mostra-se com grande potencial, pois se trata de uma possibilidade de conexão entre universidade e comunidade, onde se fundem diferentes saberes. Para a universidade, permite o acesso a conhecimentos locais essenciais para entender as reais dinâmicas da paisagem e nelas reconhecer, ou não, processos mais estruturais, bem como nos desafia a entendimentos novos a partir da prática dialógica nessas paisagens, nos provocando enquanto pesquisadores a problematizar as ações da própria universidade. Por outro lado, é importante também para a população, que passa não só ter acesso ao conhecimento que é produzido sobre ela e seu meio, como também passa a produzir junto com pesquisadores este conhecimento, fortalecendo-a perante processos bruscos de transformações da paisagem, sobretudo através de grandes intervenções públicas.

Os estudos realizados na pesquisa de doutorado de Cecília Angileli (Chão) nas comunidades da pré-Serra da Cantareira (figura 1), discutidos neste artigo, fundamentam-se na proposição de entendimento das paisagens como experiências partilhadas e na metodologia da pesquisa-ação, por pressupor ao longo da pesquisa a existência comum, a comunicação e produção recíproca, e o aprendizado com a experiência. A metodologia foi adotada sob uma perspectiva interventiva-crítica e também emancipatória, na qual as transformações necessárias à paisagem foram percebidas ao longo de uma imersão de campo de oito anos nas comunidades.

Nessa pesquisa, a perspectiva crítica foi entendida como *“decorrente de um processo que valoriza a construção cognitiva da experiência, sustentada por reflexão crítica coletiva, com vistas à emancipação dos sujeitos e das condições que o coletivo considera*

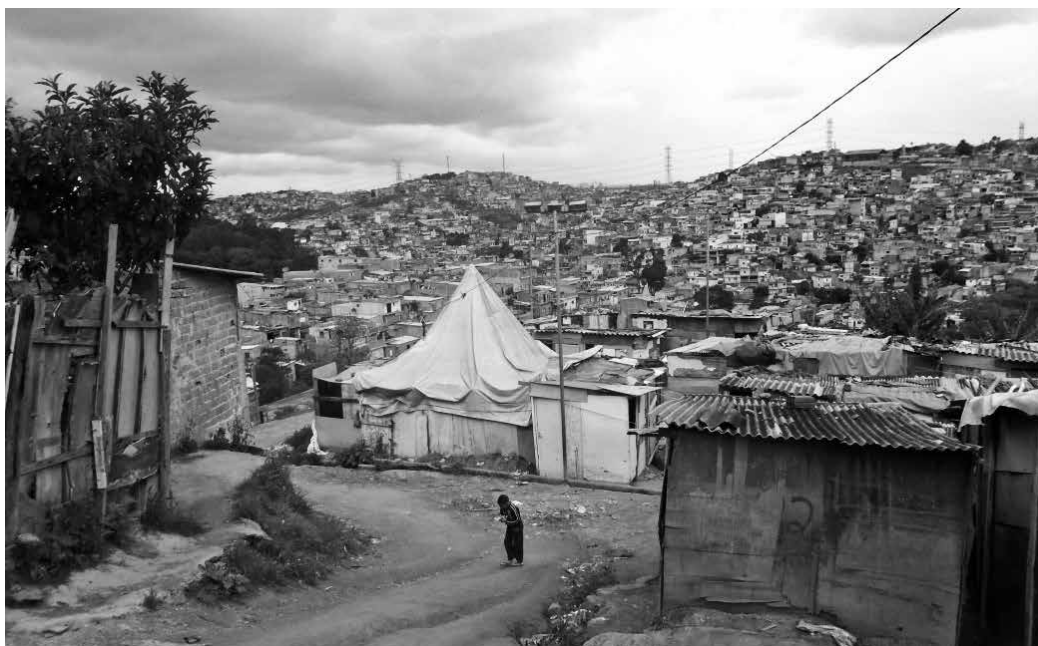


Figura 1 - Vista a partir da Comunidade Ordem e Progresso.
Foto: Cecília Machado Angileli, 2010.

opressivas, essa pesquisa vai assumindo o caráter de criticidade e, então, tem se utilizado a conceituação de *pesquisa-ação crítica*.” (FRANCO, 2005, p.485) A dimensão emancipatória foi entendida pela pesquisadora como “dar aos pesquisadores e grupos de participantes os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação que vivem, em particular sob forma de diretrizes de ação transformadora.” (THIOLLENT, 2001, p.8)

As pesquisas puderam acompanhar, deste modo, a partir de métodos participantes⁷, as transformações urbanas locais durante a última década, tendo se iniciado em 2004 com a pesquisa de mestrado *Paisagens Reveladas no Cotidiano da Periferia*⁸. No doutorado (início em 2008), adotou-se como referência a proposição da pesquisa-ação, realizando-se, como uma de suas etapas, estudos colaborativos com moradores e organizações políticas locais. Participaram, desta etapa, moradores e representantes de organizações sociais dos bairros: Vista Alegre, Jardim Damasceno, Jardim Paraná, Vila Brasilândia, Vila Serralheiro, Jardim Princesa, Vila Izabel, Ordem e Progresso e Fazendinha.

Esses estudos pautaram-se por observação participante e estudos de interpretação dos problemas urbanos a partir das questões propostas por esses colaboradores da pesquisa e com eles aprofundadas. Os temas foram: Expansão Urbana sobre a Serra da Cantareira e Memória. Resultaram da coincidência das intenções entre universidade e comunidade. Podemos dizer que, mesmo com a participação da população na seleção dos temas, não houve uma forma homogênea de participação no projeto. Na verdade, formou-se uma rede orgânica de participantes que se encontraram e se reencontraram, em vários momentos, sem linearidade, mas conscientes de suas transformações e dos

processos de participação que se estabelecem. As comunidades que participaram desse estudo tiveram papel ativo e decisivo em todas as suas etapas.

A PROBLEMÁTICA DA PAISAGEM

As áreas em estudo foram ocupadas principalmente por loteamentos clandestinos, irregulares e favelas, que se intensificaram a partir da década de 1990. Essas ocupações urbanas não respeitaram as características físicas da região e ocuparam solos frágeis, extremamente erosivos, gerando muitos problemas ambientais (HERLING, 2002, p.91).

Na zona norte de São Paulo, a Brasilândia é o segundo distrito com maior crescimento populacional no período de 2000 a 2010, sendo o primeiro o distrito de Jaraguá que teve seu crescimento relacionado com a implantação de Conjuntos Habitacionais, novas favelas, loteamentos irregulares e loteamentos coordenados pela Associação dos Sem Terra (PEREIRA, 2005). Porém, o distrito de Brasilândia se destaca nesse processo por ser o principal vetor de expansão urbana irregular na borda do Parque Estadual da Serra da Cantareira, área denominada Zona de Fronteira.

Quadro 1: Distritos da região noroeste por área, número de bairros, população.

Distrito	Área (em km ²)	Número de Bairros	População CENSO 2000	População CENSO 2010	Crescimento populacional no período de 2000 a 2010
Anhanguera	33,3	10	38.427	53.266	14.839
Brasilândia	21	47	247.328	280.069	32.741
Cachoeirinha	13,3	23	147.649	157.408	9.759
Casa Verde	7,1	23	83.629	75.687	-7.942
Freguesia do Ó	10,5	78	144.923	138.101	-6.822
Jaraguá	27,6	26	145.900	195.824	49.924
Limão	6,3	27	82.045	80.571	-1.474
Perus	23,9	17	70.689	85.002	14.313
Pirituba	17,1	51	161.796	163.696	1.900
São Domingos	10	13	82.834	90.777	7.943

Fonte IBGE - Censo Demográfico 2000 e 2010.

Dos 21 km² do distrito, 7 km² pertencem à Reserva Florestal da Cantareira e o outros 14 km² são caracterizados por ocupação urbana. A área urbana possui 280 mil pessoas⁹ distribuídas por 47 bairros, são cerca de 20.000 moradores por km². O aumento de 13% da população, entre 2000 e 2008, é visível na paisagem local. Áreas que até 2005 não eram ocupadas na Serra, passaram a ser fortes vetores de expansão urbana e pressão ambiental. Hoje o distrito possui 109 favelas e 38 loteamentos

irregulares, só nas áreas lindeiras ao Parque Estadual da Cantareira, estão localizados 22 destes loteamentos e 52 destas favelas.

A taxa de crescimento populacional no período de 1991 a 2000 foi bastante significativa. O distrito ganhou cerca de 20.000 novos habitantes, paralelamente ao desmatamento de 23 ha na zona de fronteira no distrito; e no período seguinte de 2000 a 2010, o distrito ganhou cerca de 30.000 novos habitantes, porém o desmatamento de novas áreas reduziu perfazendo um total de 8 ha. Mesmo com a redução, o desmatamento é preocupante por ter sido diretamente fortalecido pela implantação de obras públicas na região, onde as novas áreas abrigaram parte da população removida por essas ações públicas na cidade e na região.

As ocupações irregulares, que se intensificaram nas últimas duas décadas no distrito, representaram uma mobilidade particular em cada período. Na década de 1990 a expansão urbana na região da pré-Serra reproduziu um processo de expansão periférica comum a todo o município, momento em que este ampliou sua área em mais de 30% (ATLAS AMBIENTAL, 2002), sendo que a maior parte dos novos moradores vinham de outros estados, bem como de outras regiões da cidade.

Na década de 2000, dando ênfase aos anos com maior desmatamento no distrito, entre 2005 e 2010, os estudos de campo revelaram uma outra dinâmica, em que a maior parte destes moradores vem do próprio distrito, de áreas muito próximas da ocupação atual¹⁰. São pessoas que não conseguiram pagar aluguel, nas antigas áreas consideradas vetores de expansão urbana na década de 1990 e que estão atualmente sendo valorizadas com a implantação de obras públicas, ou são moradores que foram removidos para a implantação de obras públicas na região (ANGILELI e SANDEVILLE JR., 2011) e com a indenização compraram um novo lote na Serra¹¹.

Até 2005, o Jardim Paraná era o principal vetor de expansão urbana irregular sobre a Serra no distrito, porém nos últimos seis anos quatro novas comunidades foram criadas: Tribo, Ordem e Progresso, Fazendinha e Vila Esperança (figura 2). Estas ocupações se dão em glebas consideradas fruto do desmembramento de uma propriedade denominada originalmente como "Sítio Bananal"¹², que tem um processo de ocupação caracterizada por ações contraditórias do Estado. O cotidiano dessas comunidades apresenta diversos conflitos, principalmente de ordem urbana e ambiental. Além dos riscos geotécnicos de escorregamento de encostas e de enchentes, os moradores sofrem os constantes incêndios devido ao grande adensamento habitacional, a precariedade das moradias e das ligações clandestinas de energia.

Alguns desses moradores aguardam o despejo por processos de reintegração de posse, outros estão sendo processados por crime ambiental. Por viverem a espera da remoção não consolidam suas casas, o que não significa que não ampliem os espaços. O material para uma parte das construções nas ocupações pioneiras são restos de cidade, recolhidos ao lado em um aterro de resíduos inertes, o Aterro Itaberaba. Assim, restos de móveis, pedaços de placas, resíduos da construção civil, são matéria-prima das construções. Com as sobras da cidade formal, ampliam-se as moradias em áreas de risco na linguagem da urgência e da sobrevivência, parafraseando BUENO, 2000,



Figura 2 - Crianças na comunidade Ordem e Progresso, Brasilândia.
Foto: Euler Sandeville Jr, 2010.



Figura 3 - Antonio Berni (1905-1981), "El mundo prometido a Juanito Laguna", 1962. Colagem com pigmentos dissolvidos, papel, gesso, madeira, cartão, lixo industrial e sobras, 280 x 399,5 cm. Disponível em <http://boverijuncarlos pintores.blogspot.com/2011/05/antonio-berni.html> Acesso em 03/11/2011.

p.29. O que encontramos dá uma realidade dura aos trabalhos do artista argentino Antonio Berni, que desde os anos 60 denunciou em seus quadros-colagens a situação da infância em países latinoamericanos, através do personagem Juanito Laguna (figura 3), obrigado a construir o seu mundo com os refugos da sociedade de consumo.

A ação da prefeitura, frente às novas ocupações, é de recolhimento dos materiais de construção: pedra, areia e cimento. Deste modo, quem pode comprar para consolidar a casa não compra, para não ser levado pela prefeitura, e aguarda a indenização para ser removido. Essa ação da prefeitura não controla a expansão urbana, nem a degradação ambiental. Surgem a cada dia novos barracos. As moradias continuam sendo ampliadas, só que de uma forma ainda mais precária.

O mercado imobiliário informal, de caráter especulativo, contribui com esta dinâmica com conhecimento dos órgãos públicos. Há quem lucre com o processo de reintegração de posse. Moradores que vendem terrenos por no mínimo R\$1.700,00 garantem para o comprador que, caso seja removido, ele pode receber da prefeitura até R\$5.000,00: "um investimento". Alguns moradores durante a ocupação demarcaram mais de um lote, já pensando na venda do mesmo ou no recebimento de indenizações decorrentes da implantação de obras públicas. Uma das situações que se apresentam antes do início das obras é o surgimento de novas áreas desmatadas para a implantação de barracos que alimentam uma "máfia" de indenizações, que segundo denúncias beneficiam agentes de dentro e de fora das comunidades.

Essa urbanização se dá sob a ameaça de grandes deslocamentos populacionais para implantação de obras públicas. O problema das remoções é tratado como uma questão imediata de engenharia, sem uma política social que perceba as condições e necessidades dessa população e que se considere a "compensação social" como um conceito central nessas obras. Estão previstos para os próximos anos obras de grande impacto social e ambiental para a zona norte, que devem agravar a situação. Obras como o Parque da Cantareira, Parques Lineares, Trecho Norte do Rodoanel Mario Covas e Ferroanel. Algumas destas obras já foram implantadas como, por exemplo, o Parque Linear do Córrego Canivete. Para a implantação do projeto, 547 famílias foram removidas. Em uma parceria com a CDHU, 70 famílias foram realocadas em conjuntos habitacionais de Cidade Tiradentes e 120 em conjuntos habitacionais do Sítio Jaraguá. As 357 famílias restantes receberam uma verba de apoio de R\$5.000,00, poucas famílias receberam o auxílio para compra de imóvel que seria de R\$8.000,00.

Com esse recurso, muitos moradores voltaram a ocupar áreas de fragilidade ambiental no distrito, fortalecendo o processo de desmatamento na pré-Serra da Cantareira, que já havia sido intensificado com a implantação de outros equipamentos públicos¹³. Hoje a pré-Serra também parece ser um grande estoque de terras para o poder público. Mesmo as obras que ainda não foram implantadas causam grande impacto social, como é o caso do Trecho Norte do Rodoanel Mario Covas, que já tem a Licença Prévia e pode ser implantado a partir de 2012. Essa rodovia classe 0 de contorno da Região Metropolitana de São Paulo, destinada a interligar as rodovias de acesso a RMS, tem previsto para os seus 42,8 km de extensão, mais de 4.000 remoções¹⁴, sendo 2.000

irregulares. Seu traçado corta alguns loteamentos clandestinos e em processo de regularização, favelas da região, loteamentos regulares, além das poucas áreas verdes que resistem a essas ocupações. No distrito serão mais de 800 edificações removidas, destas, mais de 90% são irregulares.

As edificações devem ser atendidas por indenizações ou apartamentos do CDHU, segundo o Programa de Remoção e Reassentamento apresentado no EIA. Nas situações irregulares, as indenizações estarão baseadas no valor gasto pelo morador para a construção da casa sem incluir o valor do terreno, porém, como muitas casas são barracos de madeira, as avaliações e indenizações podem ser mínimas, assim não garantem a compra de um imóvel em situação regular ou fora de áreas frágeis ambientalmente. Além disso, a compensação será por edificação e não por família, sendo o impacto social da obra nestas comunidades, em que são comuns as situações de coabitação, muito maior do que o previsto. Ao desconsiderar a dinâmica local de expansão urbana, o potencial indutor de ocupação do projeto é maior do que se alega, sobretudo decorrente da valorização imobiliária e de obras complementares, como a duplicação do sistema viário local, que também demandarão remoções. Principalmente porque no distrito está prevista uma ligação entre o Rodoanel e a Marginal Tietê pela Avenida Inajar de Souza. O Trecho Norte contribuirá provavelmente para ampliar significativamente a mancha urbana irregular sobre a pré-Serra e a Serra da Cantareira.

A população fica fragilizada ao não ter clareza sobre o projeto, sobre o número de remoções e as formas de compensação. Isto porque não foram chamados a participar das discussões do planejamento da obra. Quando tentam resistir são ameaçados por grupos que disputam poder local e anseiam os benefícios que virão com a implantação da obra. Outra situação é a ação de grupos políticos que cooptam lideranças envolvidas na resistência do projeto, tanto para enfraquecer a ascensão do movimento em que este sujeito está inserido, como para usufruir do campo de forças deste mesmo movimento. Alguns moradores se mantêm na luta pela moradia, outros, envoltos ao fatalismo, permitem-se ser oprimidos. Problema que se intensifica com a ação de organizações que trabalham de forma assistencialista, que não vão à raiz dos problemas, tratam a miséria e suas consequências com soluções superficiais, como algo emergencial e não estrutural (DEMO, 2009, p.11-13), e se aproveitam destas situações para defender suas “bandeiras” de forma verticalizada, exercendo uma certa domesticação. Por vezes, induzem somente a crença na liberdade e não nas ações para conquistá-la, produzindo somente verbalismos¹⁵.

Em meio às disputas de poder e frente a este grande impacto sobre a paisagem, a pesquisa teve como principal estratégia o fortalecimento da população perante esses processos. Para isso, foi implantado no distrito um projeto piloto denominado NEP-Brasilândia, uma extensão do NEP/LabCidade FAUUSP. Este núcleo tem como premissa a “*educação para a compreensão e transformação da paisagem*”, tendo como base a organização de grupos e polos de reflexão e ação. Para isso, deveriam estabelecer uma dinâmica de pesquisa com a universidade, mas também com movimentos sociais, culturais e ambientais locais e regionais, gerando uma sinergia de diversos esforços.

Assim, não seriam polos fechados de produção de conhecimento e sim instrumentos articuladores de diversos espaços de produção de conhecimento e cultura, espaços de encontro e de fertilização de saberes. Também teriam que irradiar estes conhecimentos e buscar construir uma gestão integrada entre universidade e comunidade. Essa demanda fez com que a comunicação desse conhecimento se tornasse tão importante quanto sua produção. Sua divulgação por sites, jornais locais, rádio comunitária, documentários e materiais de ensino, garantiu o acesso e circulação das informações, bem como colaborou com a integração contínua de novos sujeitos/pesquisadores no processo de pesquisa.

“(...) a produção da comunicação deve ser considerada como direito humano a ser exercido por todas as pessoas, bem como as tecnologias e linguagens midiáticas serem utilizadas como instrumentos que possibilitam aos envolvidos no processo de criação reconhecer-se nas próprias palavras e imagens que produzem. No exercício de envolvimento consigo e com o outro nasce a possibilidade de re-significarem suas histórias pessoais e coletivas.” (LOPES, 2009)

Nessa perspectiva, foram implantados três polos pela pesquisadora: o Polo Rádio Cantareira – espaço para reflexão e difusão dos estudos a partir de mídias comunitárias, que foi organizado com os moradores e a Associação Canteira, entidade local que cedeu espaço e infraestrutura para a implantação; o Polo Jardim Paraná – espaço de debate sobre questões de moradia, meio ambiente e atendimento jurídico, que foi organizado em parceria com moradores e disponibilizado pela Paróquia Sagrado Coração de Maria; e o Polo Esquina da Memória – espaço de debate e produção de estudos de memória e cultura, foi organizado em parceria com moradores, movimentos sociais e culturais locais, cujo espaço foi cedido por uma moradora. São colaboradores nesses polos: Esquina da Memória - Regicidas, José Carlos, Luciane, Bruno, Thais e Mitiko¹⁶; Jardim Paraná - Severino, Duília, Sonia, Tairton, Rita, Kátia e Rosa; Rádio Cantareira - Juçara, José Eduardo, Sandra, Cícera, Sérgio, Júlia Campos (*in memoriam*), Black Gero, João Carlos, Renan, Rafael, Élcio (*in memoriam*) e Letícia.

Em todos os polos são sistematizados dados sobre as comunidades, sua memória e seu cotidiano. A intenção é que sejam espaços de expressão democrática, bem como centro de referência na formação de moradores e pesquisadores externos acerca das questões sociais, culturais, históricas e ambientais da região. A implantação dos polos sempre foi entendida na pesquisa como a principal etapa a ser concluída. Por um lado, facilita processos de conversação e colaboração entre pesquisadores e moradores e, por outro, leva a todos a cocriar soluções para as problemáticas estudadas.

Essas ações foram potencializadas pela articulação constante de diversos atores com a pesquisa. Esta articulação se deu inicialmente entre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e comunidades do Jardim Paraná, Vila Serralheiro, Vila Izabel, Jardim Princesa, Jardim Vista Alegre e Jardim Damasceno, através da pesquisa Chão, do Programa de Extensão e Cultura PROEXT e da disciplina Arte, Projeto e Paisagem. Posteriormente, com o desenvolvimento da pesquisa e o uso

de ferramentas de comunicação social (*site, blog, e-mail*) ampliou-se, o conhecimento passou a ser construído também em rede, e fez interfaces com outros atores na cidade como a Comissão do Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil, Escritório Modelo da PUC, Defensoria Pública de São Paulo, União de Movimento de Moradia, Movimento em Defesa das Favelas, Assembleia Popular, Casa da Biosfera (RBCV), Rede de Cooperação da Cantareira, Fórum do Rodoanel (Câmara Municipal), Associação Brasileira de Gestores Ambientais; grupos de cultura e comunicação comunitária local e regional, como o Espaço Cultural do Morro, Do Morro Produções, Sarau da Brasa e Literatura Andante, Pastore Grafite, Ponto de Memória da Brasilândia, Associação Cantareira e ZN na Linha, bem como a Igreja Católica da Região Brasilândia.

A problematização desses procedimentos traz ganhos para a população local, compreensão de processos que permaneceriam velados ao pesquisador, possibilidades de verificação crítica dos procedimentos em campo, com vistas ao aprofundamento e aprimoramento das atividades do NEP.

Uma série de ações colaborativas foi realizada, das quais indicamos algumas a seguir: Intercâmbio de experiências com outros movimentos sociais e de moradia que enfrentam as mesmas questões urbanas e ambientais em outros locais da cidade, através de seminários, mobilizações, passeatas e abaixo-assinados. Realização com a população de diagnósticos sobre a expansão urbana na Serra na região do distrito de Brasilândia, sobre os impactos sociais do Aterro de Resíduos Inertes Itaberaba e pareceres técnicos sobre os impactos do Trecho Norte do Rodoanel, usados para compor o parecer Casa da Biosfera (IF), denúncias ao BID, e para apresentar nas audiências públicas. Cooperação com a Comissão de Meio Ambiente da OAB, resultando em uma representação pública do Jardim Paraná, acerca do convênio da CDHU e DERSA, e articulação com o escritório Modelo da PUC, que passou a dar atendimento jurídico e social à população do Jardim Paraná. Elaboração de uma série de ações culturais onde se encontram diversos artistas locais de literatura, grafite, cinema e música. Realização do Projeto de Extensão e Cultura À Margem do Cinema: Vidas imaginadas na Brasilândia e do Debate Cinema e Periferia FAUUSP. Artigos sobre os diagnósticos socioambientais para meios de comunicação oficiais e comunitários e sua difusão (TV's, Rádios, Sites e Blog), 6 documentários, material didático para as escolas e exposições dando acesso aos resultados parciais da pesquisa, além da criação de um acervo público sobre memória local, com estudos da USP e de moradores, disponibilizado no Polo Esquina da Memória (figura 4) e pelo site da pesquisa.

As análises que resultaram desta articulação de saberes foram a base emancipatória da pesquisa, e podemos dizer que contribuíram com a mudança de postura de muitos moradores, que se mantinham em um pessimismo passivo perante aos conflitos da paisagem. O processo deu início à criação de um novo grupo de lideranças no Jardim Paraná (área atingida pelo Trecho Norte do Rodoanel). Esta população, que no início dos estudos estava desmobilizada, apropriou-se das informações do EIA do Trecho Norte do Rodoanel. Promoveram discussões na comunidade, inseriram-se nas redes sociais, que debatem este projeto, e participaram das audiências públicas com



Figura 4 - Esquina da Memória, Brasilândia.
Foto: Cecília Machado Angileli, 2011.



Figura 5 - Ato contra os despejos em São Paulo, com participação de várias comunidades afetadas e movimentos sociais, como moradores do Jardim Paraná, Brasilândia.
Foto: Cecília Machado Angileli, 2011.

autonomia, discutindo com representantes da DERSA questões técnicas do projeto, e dos programas de remoção propostos no estudo (figura 5). Ao se reconhecerem como sujeitos sociais, que produzem a paisagem em que moram (já que resulta de um território de luta autoconstruído), comprometeram-se com esta paisagem¹⁷.

Assim, a fusão do saber acadêmico ao saber popular, questionando com todos os envolvidos esses conhecimentos e os reinventando, foi uma tarefa de educação, ou mesmo de formação humana¹⁸. Para Galvani (2005) é a partir deste cruzamento de saberes de um e de todos, que se pensa junto com o sujeito e não sobre ele. Entender que o sujeito não é objeto, não é cliente e nem obstáculo, só é possível se o trabalho estiver em uma perspectiva de generosidade, como coloca Frei Beto:

“Só existe generosidade na medida em que percebo o outro como outro e a diferença do outro em relação a mim. Então sou capaz de entrar em relação com ele pela única via possível – porque, se tirar essa via, caio no colonialismo, vou querer ser como ele ou que ele seja como sou – a via do amor, se quisermos usar uma expressão evangélica; a via do respeito, se quisermos usar uma expressão ética; a via do reconhecimento dos seus direitos, se quisermos usar uma expressão jurídica; a via do resgate do realce da sua dignidade como ser humano, se quisermos usar uma expressão moral. Ou seja, isso supõe a via mais curta da comunicação humana, que é o diálogo e a capacidade de entender o outro a partir da sua experiência de vida e da sua interioridade.” (BETO, 2010)

A participação efetiva não é só uma conquista do sujeito, mas do pesquisador. Ser generoso passa por ser autocrítico, passa pelo entendimento de que como pesquisadores fazemos parte dessa estrutura desigual e por vezes a alimentamos (DEMO, 2009).

Notas

- 1 A esse entendimento Machado (1988, p. 3) acrescenta que são necessários estudos interativos sobre o homem e a paisagem que ultrapassem o enfoque científico tradicional, já que este não dá conta de resolver os problemas humanos mais importantes, por resultarem de questões perceptivas.
- 2 Marques e Torres (2005, p.10) mostram, em estudos sobre a pobreza na metrópole paulista, o quanto os espaços periféricos são heterogêneos e o quanto o seu tecido é complexo. Mostram o desgaste das macronarrativas, principalmente a partir dos anos 1980, já que as mesmas não apresentam modelos explicativos para as transformações urbanas recentes, ao contrário dos recursos de pesquisa empírica. Ou seja, indivíduos que sofrem influência dos mesmos processos de segregação podem ter condições diferentes.
- 3 Edward C. Relph (1979) refere-se à paisagem como fenômeno da experiência (geograficidade), que não pode ser apreendido somente através dos sentidos. Tuan, ao entender a paisagem como uma construção da mente e dos sentidos, propõe estudos das pessoas e de suas relações com o espaço, mas introduz um novo elemento além da subjetividade, a imaginação. Meneses (2002, p. 32) traz outro questionamento, que ultrapassa a compreensão da paisagem como um dado ou um percepto, ou algo a ser estudado de forma objetiva ou subjetiva. Ele fala da paisagem como um fragmento do mundo sensível, um fenômeno próprio da cultura.
- 4 Distanciamento histórico: no séc. XV, a paisagem era um enquadramento da natureza “a moldura que circunda o quadro substitui, na representação, a janela através da qual se efetuava a observação”. No século XVII, desaparece a ideia de um observador estático, mas ainda fora da paisagem.
- 5 No Núcleo de Estudos da Paisagem, coordenado pelo Prof. Euler Sandeville Jr., o desafio teórico e metodológico é desenvolver de modo exploratório a fundamentação das pesquisas na ação transformadora e participante em processos e ações colaborativos com a população, reconhecendo suas dimensões perceptivas e cognitivas, e elaborando processos participantes de gestão do espaço, criação artística e educação popular. Para tanto, a

- educação foi proposta como um tema central (SANDEVILLE JR. 2007, 2010), alimentando atividades de ensino, aprendizagem e pesquisa em ação, incluindo parcerias com diversas instituições e comunidades. Os trabalhos fundam-se ainda na proposição da Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento (SANDEVILLE JR. 2003a).
- 6 “(...) desde o período colonial, nos foi obstada ou até usurpada a possibilidade de avançar nessa prática. Nossas tradições e nossos costumes apontam mais para o autoritarismo e a delegação de poder do que para assumir o controle e a co-responsabilidade na solução dos problemas (...). O certo é que o autoritarismo é resultado histórico da formação econômica, social, política e cultural brasileira e, como produtos dessa dinâmica, estamos impregnados de alienação e de acomodação.” (PERUZZO, 1998, p. 74)
 - 7 Por uma questão de comunicação, temos distinguido, seguindo Thiollent (2002), entre pesquisa participante e pesquisa ação. Basicamente, aquela utiliza métodos de imersão do pesquisador no campo, enquanto a pesquisa ação volta-se, também a partir da imersão do pesquisador no campo, para a solução de problemas. No caso deste doutorado, como já foi mencionado, foi caracterizada como pesquisa-ação crítica, no sentido dado por Franco (2005).
 - 8 O conhecimento dessa área no doutorado tem como antecedentes não só a pesquisa acadêmica (Mestrado FAUUSP, 2004-2007), mas também a participação em trabalhos de planejamento urbano na região (PLANO DE AÇÃO HABITACIONAL E URBANO - Cities Alliance - BIRD Banco Mundial, 2003 – Prêmio Milton Santos, 2004), bem como em documentários sobre a história local (Vídeo documentário *Brasilândia e suas histórias* - Prêmio Projeto História dos Bairros de São Paulo – Secretaria Municipal de Cultura).
 - 9 CENSO 2010 – IBGE.
 - 10 Ainda não podemos afirmar os impactos deste aumento populacional, já que não temos dados atualizados referentes à fecundidade e à migração.
 - 11 Esse processo também foi observado nos estudos realizados na zona de mananciais ao sul da metrópole pelo Núcleo de Estudos da Paisagem (SANDEVILLE JR e RADOLL, 2010), e tem sido identificada em diversos estudos urbanos de campo, indicando a necessidade de se aprofundar os estudos sobre os impactos socioambientais das obras públicas em seu processo de aprovação.
 - 12 Segundo Manente (2001), o Sítio Bananal são terras na região que foram desapropriadas em 1895 para formar o Sistema de Captação de Águas da Cantareira. Hoje estão implantadas, nesta região, 26 favelas, 5 loteamentos irregulares e um loteamento clandestino.
 - 13 Equipamentos como CEU PAZ, Piscinão do Córrego Bananal, Telecentro, Escolas Estaduais, Posto de Saúde.
 - 14 A estimativa inicial apresentada no RIMA (2010) era de 2,7 mil remoções, mas houve um aumento de 52% no número previsto de remoções, segundo *O Estado de São Paulo*, de 9 de Junho 2011.
 - 15 Sem a dimensão da ação a palavra torna-se verbalismo, como coloca Freire (2005, p.90). “É uma palavra oca, da qual não se pode esperar a denúncia do mundo, pois que não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação.”
 - 16 José Carlos e Mitiko passaram também a participar da reunião do grupo de estudos e disciplinas na Cidade Universitária e iniciaram um programa de treinamento em pesquisa junto ao Núcleo.
 - 17 Neste sentido, é referência a obra de Paulo Freire neste trabalho, já que seu método de alfabetização também era de conscientização. Para ele, alfabetizar-se, mais do que aprender a repetir palavras, é poder dizer sua própria palavra (FIORI in FREIRE, 2010). (...) “essa consciência histórica, objetivando-se reflexivamente, surpreende-se a si mesma, passa a dizer-se, torna-se consciência historiadora: O homem é levado a escrever sua história”.
 - 18 Para Maturana apud Alvarez (2011), “a formação humana tem a ver com o desenvolvimento do ser humano como pessoa capaz de ser cocriadora com outros de um espaço humano de convivência social desejável”.

Bibliografia

- ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza. **Psico-sócio-formação de pessoas envolvidas com a questão do morador de rua**: Pesquisa-formação-ação. Pesquisa (Pós-Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- ANGILELI, Cecília Maria de Moraes Machado. **Paisagens reveladas no cotidiano da periferia**. Dissertação (Mestrado) - FAUUSP. São Paulo, 2007.
- ANGILELI, C. M. M.; EULER SANDEVILLE JR. Remoções na Serra da Cantareira. **São Paulo**: Caros amigos. Disponível em <http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/artigos-e-debates/1842-remocoes-na-serra-da-cantareira>. Acesso em 04/08/2011, 2011a.
- BETO, Frei. **Alteridade, subjetividade e generosidade**. Disponível em: <<http://www.freibetto.org/index.php/artigos/72-alteridade>>. Acesso em: out. de 2011.

- BRANDAO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
- BUENO, Laura Machado de Mello. **Projeto e favela**: Metodologia para projetos de urbanização. Tese (Doutorado) - FAUUSP. São Paulo, 2000.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista. Noções de Política Social Participativa**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.
- FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- Fundação SOS Mata Atlântica e INPE. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica**. 2005 a 2008. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica: INPE, 2008.
- _____. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica. 2008 a 2010**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica: INPE, 2010.
- GALVANI, Pascal. Approche transdisciplinaire en recherche-formation interculturelle. In: CONGRESSO MUNDIAL DE TRANSDISCIPLINARIDADE, 2, 2005, Vila Velha, Vitória. **Anais...** Vila Velha: UFES, 2005.
- GTA Assessoria Técnica. **Diagnóstico – Plano de Ação Habitacional de Urbano para o Distrito de Brasilândia**, 2003. São Paulo: GTA, 2003.
- _____. **Diretrizes e prioridades – Plano de Ação Habitacional de Urbano para o Distrito de Brasilândia**, 2003. São Paulo: GTA, 2003.
- HERLING, Tereza. **A floresta em São Paulo, a cidade na Cantareira**: Fronteiras em transformação. Tese (Doutorado) - FAUUSP São Paulo, 2002.
- JGP Consultoria Ambiental. **Estudo de impacto ambiental**. Trecho Norte Rodoanel Mário Covas. São Paulo: JGP Consultoria Ambiental, 2011.
- KAPLÚN, Mario. Processos educativos e canais de comunicação. Revista **Comunicação & Educação**. São Paulo: Moderna / ECA-USP, p. 68-75, jan./abr. 1999.
- LOPES, Gracia Lima. **Educação pelos meios de comunicação**: Produção coletiva de comunicação na perspectiva da educomunicação. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.
- MACHADO, Lucy. **A Serra do Mar paulista**: Um estudo de paisagem valorizada. Tese (Doutorado) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Rio Claro, 1988.
- MAFRA, Jason; ROMÃO, José Eustáquio; SCOCUGLIA, Afonso Celso & GADOTTI, Moacir (Orgs.). **Globalização, educação e movimentos sociais**: 40 anos da pedagogia do oprimido. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire/Esfera, 2009.
- MANENTE, Fábio César Moreira. **A moradia popular chegou à Serra da Cantareira**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- MARQUES, Eduardo César Leão & TORRES, Haroldo da Gama. **São Paulo**: Segregação, pobreza urbana e desigualdade social. São Paulo: Senac, 2005.
- PERUZZO, Círcia M. K.. **Comunicação nos movimentos populares**: A participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998a.
- PIMENTA, Selma Garrido. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: Construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 521-539, set./dez. 2005.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Plano de habitação do município de São Paulo 2009-2024**. São Paulo: PMSP, 2009.
- _____. **Atlas ambiental do município de São Paulo, 2001**. São Paulo: PMSP: SMMA: SMPU, 2001. Disponível em: <<http://www.prodiam.so.gov.br/svma/atlas>>
- RELPH, Eduard C.. As bases fenomenológicas da geografia. In: **Geografia** 4. São Paulo: Abril, 1979.
- RODRIGUES, M.. Introdução ao Geoprocessamento. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOPROCESSAMENTO, 1990, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

_____. Instrumentos urbanísticos: Concepção e gestão. Revista **Oculum ensaios**. Campinas, v.1, dez. 2000.

SANDEVILLE JR., Euler. Paisagem. **Paisagem e ambiente**, v. 20. São Paulo, p. 47-60. 2005.

_____. Paisagens e métodos. Algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intraurbana. In: Revista eletrônica **Paisagens em debate**, v. 2. São Paulo: FAUUSP, p. 1. 2004.

_____. Participação e universidade. Universidade e participação In: SEMINÁRIO NACIONAL PAISAGEM E PARTICIPAÇÃO: PRÁTICAS NO ESPAÇO LIVRE PÚBLICO. **Anais...** São Paulo, 2007.

_____. Paisagens vivenciadas, educação-pesquisa-aprendizado em ação. In: 10 ENEPEA - ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2010.

_____. **Espiral da sensibilidade e do conhecimento** (memorial 2003). Disponível em <http://espiral.net.br>, acesso em 01 de março de 2010. 2003a.

_____; BROERING, Andréia; MACHADO, Cecília Maria de Moraes. Paisagem, cultura e participação Social. In: 10 ENEPEA - ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2010.

_____; RADOLL, Gabriella. Dinâmicas da paisagem: espaço público, infraestrutura verde e participação social nas políticas públicas. **Arq.Urb** - Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, v. 4, p. 55-79, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: Uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

Sites:

www.ibge.gov.br

www.seade.gov.br

www.habisp.inf.br

www.cultura.gov.br

www.recanta.org.br

www.znnalinha.com.br

cinemabrazilandia.wordpress.com

www.cetrans.com.br